



**SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**CNPJ: 03.658.820/0029-64**

**FUNDADO EM 18/07/1990**

**Gestão A Diversidade Nos Fortalece (2026-2028)**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL HÍBRIDA, DA SEÇÃO IFBA/CMS, REALIZADA DIA 9 DE JULHO DE 2025.

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, deu-se início a Assembleia Geral Estadual Híbrida, do SINASEFE-IFBA/CMS, onde discutiu-se os seguintes pontos de pauta: 1. Informes; 2. Análise de Conjuntura; 3. Eleição para Delegada/o para a 203ª Plenária Nacional; 4. O que ocorrer. Resumo: Manoel José Porto Júnior informou sobre a mobilização em Brasília contra a reforma administrativa, destacando que o Grupo de Trabalho (GT) está reeditando a PEC 32, a qual propõe a redução de salários de servidores e o fim da estabilidade. Teresa de Souza Bahia enfatizou a importância de demonstrar força contra o Congresso Nacional, e Ana Carneiro expressou preocupação de que a reforma ameace o cumprimento dos acordos de greve. Cátia Almeida de Andrade destacou a redução do orçamento dos campi e a possibilidade de privatização dos institutos federais, enquanto Manoel José Porto Júnior defendeu a necessidade de um calendário de lutas mais ousado, visto que o governo não cumpriu os acordos de greve. Detalhes: Reforma Administrativa e Mobilização

Manoel José Porto Júnior informou sobre a mobilização em Brasília contra a reforma administrativa, destacando o seminário no Congresso Nacional e a atuação da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Ele ressaltou que a reforma busca destruir o estado e aprofundar as terceirizações, aumentando os cargos em comissão e o número de terceirizados. Teresa de Souza Bahia mencionou a importância de demonstrar força contra o Congresso Nacional, que segundo ela, nem sempre recebe as críticas devidas, e a necessidade de colocar o "dedo na ferida do Congresso". Reedição da PEC 32

Manoel José Porto Júnior alertou que o Grupo de Trabalho (GT) que discute a reforma administrativa está "requeitando" a PEC 32, a qual propõe a redução de salários de servidores e o fim da estabilidade. Ele enfatizou que a população já sabe que a PEC 32 é prejudicial, e que a mobilização deve ser forte para vincular a discussão da reforma administrativa a essa PEC. Ana Carneiro expressou preocupação com a reforma administrativa, afirmando que não vê nenhum benefício para os servidores e que o



**SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**CNPJ: 03.658.820/0029-64**

**FUNDADO EM 18/07/1990**

**Gestão A Diversidade Nos Fortalece (2026-2028)**

cumprimento dos acordos de greve está ameaçado por ela. Plebiscito Popular e Conjuntura Política Manoel José Porto Júnior ligou a discussão da reforma administrativa ao plebiscito popular, que propõe a taxaço de super-ricos e a isenço de impostos para quem ganha até R\$ 5.000,00 por mês, além do fim da escala de trabalho 6x1. Ele ressaltou que o Congresso Nacional majoritariamente atende aos interesses da bancada da Bíblia, da bala e do boi. Cátia Almeida de Andrade destacou que o orçamento dos campi está cada vez menor, e que o governo anuncia condicionamentos de forma proposital para implantar a reforma e promover a privatização dos institutos federais. Acordos de Greve e Mobilizações Futuras Manoel José Porto Júnior mencionou que o governo não cumpriu os acordos de greve, como o fim do controle de ponto dos docentes e o envio do projeto da RSC ao Congresso Nacional. Ele defendeu que, diante de um Congresso "reacionário" e de possíveis sabotagens dentro do governo, é necessário aprofundar o calendário de lutas com mobilizações mais ousadas. SINASEFE IFBA confirmou a participação de Ana Carneiro como delegada e Cátia Almeida de Andrade como observadora na 23ª nacional do SINASEFE. Sem mais nada a tratar, foi encerrada a Assembleia e eu, Rosa Virginia Pinheiro, secretária desta Seção IFBA/CMS, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e demais presentes em lista de presença anexa. Salvador, 9 de julho de 2025.